

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
LEDA SAMARA ANTUNES

OLHARES DO ACAMPAMENTO: O TRABALHO E A VIDA NO ACAMPAMENTO
JOSÉ LUTZENBERGER SOB O OLHAR DE SEUS MORADORES

CURITIBA
2013

LEDA SAMARA ANTUNES

OLHARES DO ACAMPAMENTO: O TRABALHO E A VIDA NO ACAMPAMENTO
JOSÉ LUTZENBERGER SOB O OLHAR DE SEUS MORADORES

Projeto de pesquisa para Trabalho de Conclusão de
Curso de Comunicação Social, com habilitação em
Jornalismo, do Setor de Artes, Comunicação e
Design, da Universidade Federal do Paraná.

Orientação: Professora Ana Maria Melech.

CURITIBA

2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**AVALIAÇÃO DA APRESENTAÇÃO ORAL
DO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

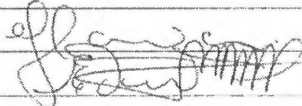
NOME DA ALUNA: LEDA SAMARA ANTUNES

**TÍTULO: "OLHARES DO ACAMPAMENTO. O TRABALHO E A VIDA NO
ACAMPAMENTO JOSÉ LUTZENBERGER SOB O OLHAR DE SEUS
MORADORES".**

LOCAL E DATA DA APRESENTAÇÃO ORAL:

Sede do Departamento de Comunicação Social da UFPR,
realizada na sala 08 do DECOM, no dia 05/12/13, às 11h00.

BANCA EXAMINADORA	NOTA
ANA MARIA MELECH (Orientadora)	9,0
ÉLSON FAXINA	9,0
GESLINE BRAGA (convidada)	9,0
MÉDIA FINAL:	9,0

BANCA EXAMINADORA	ASSINATURA
ANA MARIA MELECH (Orientadora)	
ÉLSON FAXINA	
GESLINE BRAGA (convidada)	 gesline giovanna braga

Curitiba, 05 de dezembro de 2013.

Dedico este trabalho as pessoas que constroem todos os dias a história do Acampamento José Lutzenberger, que me receberam de coração aberto e permitiram que este projeto acontecesse. Todo meu esforço também é dedicado a minha mãe, Adriana, que faz uma falta imensa e, ao mesmo tempo, marca presença em cada passo da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Quando voltei pela terceira vez ao acampamento, com toda oficina fotográfica preparada e com as câmeras na mão, ouvi de uma das moradoras um expressão sincera de agradecimento e surpresa. Célia não mediu palavras e me contou que quando me conheceu olhou a “minha carinha” e duvidou que eu voltaria para cumprir todos os planos que tínhamos feito no nosso primeiro encontro. Talvez até eu mesma duvidasse disso. No entanto, a cada nova visita, minha condição de visitante ia mudando, a cada relato que eu ouvia a luta destas pessoas ia se tornando também um pouco minha.

Eu sabia que esta era uma missão que eu tinha que completar sozinha, mas sabia também que eu iria encontrar uma infinidade de pessoas que com um abraço, uma mão, um sorriso, uma carona ou uma ideia, fariam este trabalho sair do plano das ideias. Desde o começo deste projeto eu mantenho uma lista onde vou inserindo os nomes dos anjos que me ajudaram a percorrer este caminho, para que, quando a hora dos agradecimentos chegasse, eu não esquecesse de mencionar ninguém - e eu realmente espero que ela funcione.

O meu primeiro muitíssimo obrigada não poderia deixar de ir para minha linda família que acredita em mim e me apoia incondicionalmente desde o dia em que eu cheguei neste planeta. Em especial a minha vó Marli, inspiração e guia para ser uma pessoa boa para o mundo; a minha madrinha Clarissa, mentora, patrocinadora e dona das palavras certas quando a ansiedade bateu; a família Garcia - Ethi, Ju e Jujuba - que me receberam sempre com amor e me deram colo e café quentinho depois de longos dias de trabalho; e ao meu pai, sempre maluquinho e orgulhoso.

Ainda falando em família, mas aquela que a gente escolhe, devo um agradecimento especial ao meu namorado Gustavo, que mergulhou nessa empreitada comigo, me apoiou, foi ombro, foi melhor amigo e um grande entusiasta de todo esse projeto. Ana, Thais e Marina, minhas companheiras no cotidiano que aguentaram por alguns meses, sem reclamar, os livros e fotos espalhadas na mesa da sala e, é claro, os meus surtos. Jéssica Maes, minha parceira jornalista, que enfrentou essa barra bravamente antes de mim e me salvou de alguns ataques de desespero e erros na ABNT.

Esse projeto nunca teria acontecido se não fossem alguns empurrõezinhos. Uma conversa inspiradora com o mestre José Carlos Fernandes que numa troca de ideias me incentivou a realizar uma oficina de fotografia. Carolina, Maria e Guilherme que me indicaram o caminho para chegar até a comunidade do José Lutzenberger. Os anjos Thiago, Erika, Débora, Jéssica, Leandro e Fran, que emprestaram as suas câmeras sem pestanejar. Os agradecimentos se estendem a Ana Melech, minha orientadora, ao mestre professor Elson Faxina, a professora Geslline Braga e a Universidade Federal do Paraná.

Finalmente, devo agradecer eternamente toda a comunidade do acampamento José Lutzenberger, em especial a Luzinete, um anjo, uma mulher de muita garra, que hoje é uma das pessoas que mais admiro no mundo. Todas essas pessoas maravilhosas que formam esse coletivo de trabalhadores abriram as suas casas, me receberam de coração e braços abertos e dividiram comigo suas histórias e conhecimentos. Toda esta experiência só foi tão rica e se transformou em algo que vai muito além de um trabalho de conclusão de curso porque essas pessoas também acreditaram em mim. A todas elas, meu muito obrigada.

“Sendo a fotografia uma representação do mundo visível, um rastro de vida, é a própria vida por trás da foto que potencializa o valor da imagem. Uma sociedade ou um grupo social quando abre mão de produzir a sua própria imagem está renunciando a si mesmo e, assim, começa a deixar de existir enquanto sociedade ou grupo social distinto.”

(Milton Guran)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo estabelecer a base teórica para o desenvolvimento das atividades fotográficas - uma oficina e posteriormente uma exposição - no Acampamento José Lutzenberger, em Antonina. Esta comunidade está ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) há dez anos e ainda aguarda a regularização das áreas onde vive. Primeiramente, para conhecer o contexto onde será aplicado o projeto, aborda-se a questão da concentração fundiária no Brasil, o MST e a própria história do acampamento em questão. Na sequência, a pesquisa se volta para a fotografia como uma linguagem possível para a construção de um relato sobre o trabalho realizado por estas famílias do José Lutzenberger. Tal discussão teórica debruça-se sobre a dependência da sociedade contemporânea em relação à fotografia, sobre a credibilidade atribuída a imagem fotográfica e suas implicações, bem como a importância da democratização dos meios de produção de imagem. O objetivo de tal reflexão teórica é fornecer evidências sobre a importância do projeto para esta comunidade. Finalmente, a execução da oficina fotográfica revela uma diversidade de olhares retratados nas imagens feitas pelos moradores do acampamento e pela pesquisadora. Tal material, transformado em uma exposição, pode construir um relato sobre o trabalho e o cotidiano do acampamento. Foi possível inferir o quão positivo pode ser o resultado de um trabalho que utiliza a fotografia como instrumento facilitador de corroboração de identidade e reconhecimento numa comunidade que é sistematicamente excluída dos meios de produção da própria imagem.

Palavras-chave: fotografia. oficina fotográfica. reforma agrária. acampamento. MST.

ABSTRACT

This study aims to establish the theoretical basis for the development of photographic activities, a workshop and an exhibition, at José Lutzenberger rural camping, located in the region of Antonina, state of Parana. This community is linked to the Movement of Landless Workers (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra - MST) for ten years, and still awaits for a solution to its land property issue. First of all, to know the context in which this project will be applied, this study approaches the questions involving the land property reform in Brazil, the MST's work, as well as the history of this rural camp. Following, the research turns to photography as a possible mean to develop a narrative on the work made by these families who live in José Lutzenberger rural camping. This theoretical discussion focuses on the inextricable bond between the modern society and the photographic image, the credibility given to photography and its implications, and the importance of the democratization of the means of image production. The purpose of such theoretical reflexion is to provide evidence on the importance of a project for this community. Finally, implementing the workshop revealed a diversity of photographic views portrayed in images made by camp residents and the researcher. Such material, transformed into an exhibition, built a narrative about the work and daily life of the camp. It was possible to infer how positive can the result be of a work that uses photography as a tool of corroboration of identity and recognition in a community that is systematically excluded from the means of production of their own image.

Key words: photography. photography workshop. land property reform. rural camping. MST.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Primeira conversa da oficina de fotografia.	44
Figura 2. Revendo fotos antigas.	45
Figura 3. Segundo encontro da oficina de fotografia.	46
Figura 4. Analisando as fotos feitas pelas participantes da oficina. Na foto, uma das horas comunitárias do acampamento. Foto de Kelly da Silva.	49
Figura 5. Na foto, o caminho da roça. Foto de Camila da Silva.	49
Figura 6. Na foto, o Rio Pequeno visto da ponte. Foto de Laudicéia Souza.	50
Figura 7. A entrega dos alimentos em uma das escolas de Antonina. Foto de Luzinete de Souza Oliveira.	51
Figura 8. A venda dos produtos na feira no centro de Antonina. Foto de Luzinete Souza Oliveira.	51
Figura 9. Na foto, Dona Maria no preparo da farinha crioula de mandioca. Foto de Laudicéia Souza.	52
Figura 10. Foto da preparação do solo. Acervo de Vera Lúcia que também integra a exposição.	52
Figura 11. Montagem da exposição no acampamento, no dia 12 de outubro.	54
Figura 12. Participantes da oficina visitam a exposição.	54

Figura 13. Outros moradores, que não participaram da oficina, visitam a exposição, montado no acampamento no dia 12 de outubro.	55
Figura 14. Vitória, uma das participantes da oficina visitando a exposição.	55
Figura 15. Exposição no centro de Antonina, montada no dia 26 de outubro.	56
Figura 16. Luzinete explica o que está retratado nas fotos para os visitantes.	57

LISTA DE SIGLAS

ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf
ELAA - Escola Latino Americana de Agroecologia
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG - Organização Não Governamental
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SPVS – Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. A LUTA PELA TERRA	18
1.1 PANORAMA DA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL E O MST ...	18
1.2. O ACAMPAMENTO JOSÉ LUTZENBERGER.....	21
1.2.1. A chegada do MST e a transformação na comunidade.....	22
2. DIMENSÕES DA FOTOGRAFIA	29
2.2.1 O processo de construção da imagem fotográfica.....	33
2.3. OLHAR ENJAGADO E INCLUSÃO VISUAL	35
2.3.1 A representação imagética e midiática do MST.....	40
3. METODOLOGIA	42
4. A OFICINA E A EXPOSIÇÃO	46
4.1. OFICINA FOTOGRÁFICA	46
4.2. A EXPOSIÇÃO	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	63

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo mostrar a vida e o trabalho dos moradores do Acampamento José Lutzenberger, localizado em Antonina, através da imagem fotográfica. A intenção foi criar uma relação entre a fotografia e a realidade destes trabalhadores rurais, a fim de oferecer a imagem fotográfica como um instrumento de corroboração de identidade e cidadania. Para tanto foi realizada uma oficina fotográfica com as mulheres, líderes do acampamento, e com algumas crianças, a fim de revelar o olhar feminino do trabalho no acampamento. O resultado desta oficina foi transformado numa exposição.

O acampamento José Lutzenberger hoje abriga 25 famílias nos seus 280 hectares localizados numa área de proteção ambiental no litoral do Paraná. Lideradas pelas mulheres, as famílias tiram seu sustento da produção agroecológica e venda de hortaliças, frutas, pimentas, ovos caipiras e outros produtos agroflorestais. Ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desde 2003, os moradores que ocupam a área já tem um ritmo de trabalho bastante estruturado, mas ainda aguardam pela regulamentação do uso da terra da Fazenda São Rafael.

A oficina foi realizada com cerca de dez moradores da comunidade, entre as lideranças femininas e seus filhos, e teve como proposta criar um relato imagético plural e colaborativo sobre o trabalho no acampamento. A exposição conta ainda com algumas imagens capturadas por mim durante todo o processo, para produzir uma narrativa imagética conjunta sobre a comunidade em questão, sob os olhares locais e externos.

Num primeiro momento as fotos foram expostas no próprio acampamento, para que toda a comunidade, mesmo quem não participou das atividades da oficina, pudesse ver o seu trabalho retratado pelas lentes de seus companheiros. Posteriormente as fotos seguiram para Antonina, cidade onde esta comunidade está inserida, e foram expostas na praça onde ocorre a feira em que os alimentos produzidos no acampamento são vendidos.

Para realização deste trabalho foram levantadas algumas questões importantes: como vivem estas famílias e qual é a sua relação com a imagem

fotográfica? De que forma a fotografia pode referendar a identidade das moradoras e servir como uma narrativa sobre a história do Acampamento José Lutzenberger? Qual é o papel da fotografia na sociedade contemporânea e num processo de inclusão visual e engajamento social?

A partir desses pontos iniciais buscou-se responder, através deste trabalho teórico e das atividades realizadas no acampamento, essas e outras perguntas que surgiram ao longo da produção da oficina e da exposição. Destas reflexões também emergiram os objetivos geral e específicos desse projeto, a seguir listados:

Objetivo geral

Construir um relato imagético e plural sobre o trabalho e o cotidiano do Acampamento José Lutzenberger.

Objetivos específicos

- a) Fazer visitas constantes ao acampamento para conhecer a realidade do trabalho no campo e a relação da comunidade com a fotografia;
- b) Trazer para o grupo de mulheres líderes do acampamento uma discussão sobre sua relação com própria imagem;
- c) Oferecer aos moradores desta comunidade uma oficina de fotografia para discutir questões teóricas e técnicas sobre o assunto e possibilitar aos participantes, com câmeras fotográficas emprestadas, a oportunidade de se representar por meio da fotografia;
- d) Construir através das imagens produzidas pelas participantes da oficina, em conjunto com as fotos feitas pela autora deste projeto, um relato sobre a realidade vivenciada no Acampamento José Lutzenberger, para ser divulgado inicialmente em formato de exposição.

Justificativa

A execução deste projeto se justifica primeiramente pela inexistência de trabalhos jornalísticos ou fotográficos que discorram sobre a história e o trabalho no Acampamento José Lutzenberger. Inicialmente essa pesquisa é movida pelo interesse em oferecer a uma comunidade, que tem a luta pela terra na sua essência, uma forma de contar a sua própria trajetória e fazer um relato sobre o seu modo de vida. O interesse surge do reconhecimento do problema da reforma agrária no Brasil e da importância da organização social para a luta pelo direito a terra, bem como pelo anseio em conhecer a realidade dessas famílias, diferente do cotidiano nos grandes centros urbanos, consequentemente ao dia-a-dia da pesquisadora.

Após os primeiros contatos com a comunidade, a pesquisa passa a ser motivada pela importância do Acampamento José Lutzenberger no cenário da luta pela terra no Paraná. Desde sua criação, em 2003, a projeto do assentamento desenvolvido pela comunidade acampada propõe a substituição da agricultura convencional pela produção agroecológica. O método, que é menos agressivo e livre de agrotóxicos, vem sendo implantado desde então. O acampamento - localizado numa área de proteção ambiental, a APA de Guaraqueçaba - tem um método de produção sustentável, em compasso com a natureza. Dentro da proposta agroecológica, cultivam algumas espécies no modelo agroflorestal, que imita o ecossistema local e ajuda a recuperar a mata nativa.

Apesar de se destacarem pela organização social e pela produção sustentável, os moradores aguardam há dez anos o título de assentamento através da regularização do uso das terras da Fazenda São Rafael. Hoje o impasse está entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o fazendeiro, numa negociação que parece infinita. Apesar de o processo estar mais perto de uma resolução, estas famílias já enfrentaram despejos violentos nos últimos anos, só conseguiram ocupar a área onde estão em 2006 e a produção de alimentos só se concretizou em 2008. Apesar de todos os obstáculos, já recuperaram a mata ciliar do Rio Pequeno, que tinha sido destruída pelo fazendeiro, e impediram que uma obra de desvio no curso fluvial fosse finalizada.

Mesmo sem a regularização fundiária as 25 famílias acampadas, lideradas pelas mulheres, estão organizadas e hoje tiram o seu sustento da produção

agroecológica. Os alimentos são vendidos na feira e distribuídos para escolas estaduais e municipais de Antonina. O acampamento é um exemplo para as demais organizações sociais rurais do estado, sua luta e seu modo de vida são referência em palestras e encontros organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em todo o país.

A escolha da fotografia como linguagem para a construção dessa narrativa se justifica pelo fato da sociedade contemporânea ser dependente dos discursos imagéticos e visuais, como será demonstrado nos capítulos seguintes. A fotografia, neste caso, serve como um instrumento de documentação. Assumindo que a fotografia é uma construção sobre a realidade, não um reflexo da mesma, se justifica a proposta da oficina fotográfica. Assim, cada olhar, cada recorte fotográfico, terá a influência cultural e ideológica de cada fotógrafo. Deste modo pode se criar um relato fotográfico colaborativo e plural, através do olhar da pesquisadora e das moradoras do acampamento.

Outro ponto que justifica a escolha da oficina fotográfica, e posteriormente, a realização das exposições, é a exclusão sistemática de algumas minorias da sociedade nas grandes mídias. Embora a democratização da informação que está em curso demonstre vários avanços, ainda existe um controle hegemônico sobre os meios de produção da imagem. Isso fica ainda mais evidente quando se fala no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, constantemente criminalizados na mídia tradicional. A ideia da oficina é justamente promover uma inclusão visual, citada por Milton Guran (2007) no artigo *O Olhar engajado: inclusão visual e cidadania*, onde os trabalhadores rurais podem, através da fotografia, representar a si mesmos e a sua comunidade do modo que se reconhecem. Criando assim um relato alternativo ao reproduzido massivamente na imprensa, que ao ser exibido em forma de exposições, fornece uma informação nova e autêntica sobre o acampamento e sobre o movimento.

1. A LUTA PELA TERRA

1.1 PANORAMA DA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL E O MST

O acampamento José Lutzenberger está ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, desde 2003. Para entender a trajetória deste acampamento primeiramente é necessário um breve panorama sobre a história do próprio movimento como um todo e a luta pelo direito à terra no Brasil.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra surge num período em que o Brasil vivia uma conjuntura de lutas pela democracia e pela abertura política na década de 80. A ditadura militar, vigente na época, foi responsável por interromper um importante projeto de reforma agrária, em curso durante o governo de João Goulart. Quando Jango assumiu a presidência, após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, uma das suas principais propostas se referia à redistribuição de terras. A ideia era que fosse desapropriada uma extensão de 100 km de terras improdutivas de cada lado das rodovias federais.

O clima no país era de efervescência das lutas camponesas e operárias. No Nordeste, as Ligas Camponesas organizavam os trabalhadores rurais pelos direitos trabalhistas e pela reforma agrária. No Sudeste, os sindicatos operários organizavam greves por melhorias salariais. [...] O governo tomava as terras improdutivas, isto é, pedaços de terra que os latifundiários, mesmo sendo donos, nunca tinham aproveitado e as distribuiria aos camponeses (MORISSAWA, 2001, p. 83).

O Golpe Militar de 1964 reverteu o projeto de Jango e editou legislações específicas sobre a estrutura fundiária no país. Foi o presidente-marechal Camilo Castelo Branco quem decretou a primeira lei de reforma agrária em quase 500 anos de história. No Estatuto da Terra, o governo militar, ao invés de promover uma melhor distribuição das terras brasileiras, encontrou uma maneira de conter os movimentos sociais camponeses.

O Estatuto da Terra escancarou-se, então, como um instrumento estratégico para controlar as lutas sociais e desarticular os conflitos por terra. As únicas e pouquíssimas desapropriações serviram apenas para diminuir os conflitos ou realizar projetos de colonização. De 1965 até 1981, foram realizadas oito desapropriações em média por ano, apesar de terem ocorrido pelo menos 70 conflitos por terra anualmente (MORISSAWA, 2001, p. 100).

Apesar de ter formulado conceitos jurídicos para termos usados até hoje, como *latifúndio* e *reforma agrária* e reconhecer a existência de conflitos fundiários e das desigualdades no campo, o Estatuto da Terra se estabeleceu como um instrumento de “fachada” apenas para driblar conflitos. Ao invés de impulsionar a reforma agrária e o pequeno produtor rural, o governo militar privilegiava a agricultura convencional, a agroexportação e o latifúndio.

O Estatuto da Terra jamais foi implantado. Era um “faz de conta” para resolver pelo menos momentaneamente os problemas no campo. Para viabilizar a sua política econômica, o Estado manteve a questão agrária sob o controle do poder central (MORISSAWA, 2001, p. 99).

Somente 20 anos depois do golpe militar, com o enfraquecimento do regime ditatorial, foi que os movimentos sociais urbanos, operários e camponeses conseguiram se fortalecer. No contexto das lutas pela abertura política, entre 20 e 22 de janeiro de 1984, foi realizado o 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, em Cascavel, no Paraná. Na ocasião oitenta trabalhadores rurais que ajudavam a organizar ocupações de terra em doze estados, além de representantes da Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária), da CUT (Central Única dos Trabalhadores), da Pastoral da Terra do Paraná, do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) e da Pastoral Operária de São Paulo, se reuniram para discutir a questão do direito à terra.

A partir deste encontro, os trabalhadores rurais estabeleceram a ocupação como uma ferramenta fundamental para a democratização da terra no Brasil e saíram com a missão de construir um movimento para organizar esta luta nacionalmente. Os objetivos foram definidos: a luta pela terra, a luta pela Reforma Agrária e um novo modelo agrícola, e a luta por um projeto de desenvolvimento nacional com justiça social.

Depois de quase 30 anos de história, o MST tem um papel importante no sentido de garantir os direitos sociais do trabalhador rural, bem como servir como ponto de integração entre a população sem terra do campo brasileiro.

Entendemos que o MST é efetivamente a resposta ou o resultado da lentidão e da indiferença com que a questão da terra sempre foi tratada no Brasil, bem como do conservadorismo e do autoritarismo que permeiam as relações de poder, das contradições seculares que marcaram a questão do acesso à terra no nosso país. (ADAS, 2004, p. 197).

Atualmente, a questão da reforma agrária ainda requer muita discussão. A legislação que regula imóveis rurais, a estrutura fundiária e políticas agrícolas ainda é o Estatuto da Terra (Lei nº 4504), implantado durante a ditadura militar. O conceito de reforma agrária está previsto no artigo 1º, em cujo conteúdo se baseiam, na atualidade, as políticas de redistribuição de terras.

Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade¹.

Segundo dados apurados pelo IBGE no último censo agropecuário² (realizado em 2006 e divulgado em 2010), a concentração de terras se revela uma característica central da ocupação do território nacional. Os números demonstram que o grau de concentração de terras no país segue praticamente inalterado desde 1985, ano que marca o início da redemocratização brasileira. Na estrutura agrária brasileira, o Índice de Gini – usado para calcular desigualdades no campo – equivale a 0,854, resultado próximo aos dados verificados nas pesquisas anteriores: 0,856 (1995-1996) e 0,857 (1985). No Índice de Gini, quanto mais próximo do número 1, maior é a concentração. Tal dado confirma a estrutura agrária brasileira como uma das mais desiguais do mundo.

Outro dado apontado pelo censo agropecuário que também confirma a distribuição desigual das terras no país é a área dos estabelecimentos agropecuários. Enquanto os estabelecimentos rurais de menos de 10 hectares ocupam 2,7% da soma de propriedades rurais, as grandes fazendas com mais de mil hectares concentram 43% da área total. E segundo o censo demográfico divulgado pelo IBGE em 2010³, estima-se que, no Brasil, existam 4,8 milhões de famílias sem terra, dentre as quase 30 milhões que vivem na área rural.

Avaliando estas informações é possível concluir que a reforma agrária não aconteceu no Brasil e a concentração fundiária continua sendo um problema que privilegia apenas uma camada de produtores rurais e o agronegócio. Neste ano o

¹ BRASIL. Lei n. 4504, de 3 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra.

² IBGE. Censo Agropecuário 1995 / 2006. Disponível em: <http://tinyurl.com/los6dfp>. Acesso em: 02 nov. 2013.

³ IBGE, Censo Demográfico 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br/estatistica/populacao/censo2010/ Acesso em: 02 nov. 2013

MST comemora 28 anos da primeira ocupação organizada pelo movimento, mas a luta continua. Estima-se que 1,5 milhão de pessoas estejam organizadas através do MST, acampadas ou assentadas, pelo Brasil afora. O Movimento calculou, em seu relatório divulgado em 2010⁴, que aproximadamente 90 mil famílias, ou 400 mil pessoas, estão acampadas em terras improdutivas de todo o país. Essas comunidades de trabalhadores rurais, como a do acampamento José Lutzenberger, ainda lutam pelo seu direito à terra e aguardam uma solução e a regularização da sua situação.

1.2. O ACAMPAMENTO JOSÉ LUTZENBERGER

A comunidade do acampamento José Lutzenberger está ligada ao MST desde 2003. Nesses dez anos de luta estes produtores rurais já acumularam diversas conquistas, mas ainda aguardam a regularização fundiária das áreas ocupadas da Fazenda São Rafael. Hoje, as 25 famílias, lideradas pelas mulheres, residem e plantam numa área de aproximadamente 300 hectares na região do Rio Pequeno, a 30 km do centro de Antonina e tiram o seu sustento da produção agroecológica. Mas a história deste acampamento tem suas origens muito antes do levante da bandeira do Movimento Sem-Terra, nos idos 1979, com a chegada da família de Luzinete na região.

Os pais de Luzinete Souza Oliveira trocaram a vida difícil em Altônia, no noroeste do Paraná, pela promessa de que, no litoral, teriam um pedacinho de chão para plantar, colher e chamar de seu. O pai de Luzinete, Aldivo Souza, já era um trabalhador do campo mas, até então, não tinha a sua própria terra para produzir. Trabalhava num regime muito aplicado no Brasil, de “meeiro rural⁵”, ou seja, trabalhava em terras que pertenciam a outra pessoa, com quem dividia o produto daí resultante. Em geral, neste regime, o meeiro se ocupa do trabalho, e o dono da terra fornece o terreno, a casa e às vezes, os materiais necessários para o cultivo.

Com a possibilidade de ter um pedaço de terra, Aldivo trouxe a mulher e seus sete filhos pequenos para o litoral do Paraná. Na época, Luzinete tinha apenas

⁴ MST. MST: Lutas e Conquistas, Janeiro de 2010. Disponível em: <http://tinyurl.com/MST2010>. Acesso em 02 nov. 2013.

⁵ MEEIRO. In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013. Disponível em www.priberam.pt/DLPO/meeiro. Acesso em 02 nov. 2013.

nove anos. Quando chegaram na região do Rio Pequeno não havia nada além da floresta. Ficaram durante um ano na área que lhes foi prometida e então veio o primeiro despejo. Outro amigo, que apoiou a família na época, os realocou para o terreno onde os pais de Luzinete vivem até hoje. Estabeleceram-se, começaram a plantar e a criar animais, conseguiam manter uma produção de subsistência quando veio a segunda ameaça de despejo. Nesta época Luzinete já tinha 15 anos. Toda a família entrou em conflito com a polícia e com o então fazendeiro, que se dizia dono do lote. O caso foi parar na justiça, com um processo de reintegração de posse, que acabou empacado como tantos outros, pois o fazendeiro não tinha condições de pagar as benfeitorias feitas pela família de Luzinete na área. Apesar da não resolução jurídica da questão, o que se seguiu foram alguns anos de paz.

Até levantarem a bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, foram 25 anos sem nenhum tipo de articulação entre as famílias que moravam naquela região, as brigas pela terra aconteciam entre fazendeiros e posseiros⁶, e a comunidade não recebia nenhum tipo de apoio ou assistência social para tentar solucionar os conflitos. Em 2003, o movimento chegou na região por intermédio de algumas famílias, vindas das periferias de Antonina e Curitiba, que já conheciam o trabalho MST e por articulação do irmão de Luzinete, Jonas Aparecido de Souza.

1.2.1. A chegada do MST e a transformação na comunidade

O ano de 2003 marcou o levante da bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, na comunidade do Rio Pequeno. Luzinete conta que, nesta época, cerca de 120 famílias ocupavam as áreas particulares improdutivas da região. As famílias então organizadas através do movimento, passaram a lutar em conjunto pelo seu direito à terra. O primeiro passo foi a desocupação de certas áreas para que o INCRA - órgão responsável por implementar políticas que promovam a reforma agrária - pudesse primeiramente

⁶ “Os posseiros são agricultores que juntamente com a família ocupam pequenas áreas de terras devolutas ou improdutivas. Trabalhadores rurais que tem a posse, mas não têm um documento oficial que prove que eles são donos ou proprietários da terra” (POSSEIROS. In: WIKIPEDIA: A enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Posseiros>. Acesso em: 09 nov. 2013)

avaliar a fazenda São Rafael para que a instalação das famílias fosse feita de forma correta, respeitando o meio ambiente.

Enquanto esperavam, cerca de 40 famílias se instalaram na beira da estrada. Ficaram ali durante um ano, aguardando um parecer do INCRA e construindo coletivamente um projeto de assentamento em conjunto com o MST. No final de março de 2004, o fazendeiro que tinha a titulação fundiária da terra, o advogado Pedro Paulo Pamplona, alegando medo de passar por aquele trecho, conseguiu um mandato de reintegração de posse. “Foi um dia cinzento para nós”, afirma Luzinete. A polícia militar foi acionada, os moradores chegaram a fazer barricadas para se defender, mas foram despejados da região, arrancados a força de suas casas. Luzinete e Jonas, que estavam na articulação do movimento, tiveram que permanecer escondidos por alguns dias.

A situação se acalmou apenas com a chegada de representantes da Terra de Direitos – organização que trabalha em defesa dos direitos humanos, da Polícia Ambiental e do IBAMA, mobilizados pelas denúncias feitas pelo MST contra o fazendeiro Pamplona. Os sem-terra chamavam a atenção para os diversos crimes ambientais que o advogado seguia cometendo na região. Segundo os trabalhadores, os administradores da fazenda já tinham destruído a mata ciliar e nativa do entorno dos rios e estavam trabalhando na obra de desvio de curso de dois rios que cruzavam a área.

Embora amparados pelo MST e pela Terra de Direitos, depois do conflito muitas famílias acabaram abandonando a luta e o número de acampados naquela época chegou a beirar 30 pessoas, dispersas, abrigadas em casas de outros moradores da região. Iniciou-se então um processo longo de negociação entre o fazendeiro, o INCRA, o IBAMA, e o MST para a regularização do uso das terras da fazenda São Rafael.

O processo de reestruturação da comunidade foi lento. As famílias que resistiram foram abrigadas na antiga escola da comunidade, que hoje está desativada, na casa de Dona Maria, mãe de Luzinete, e de outros moradores que não foram despejados. Sem terra para produzir, os meses seguintes foram difíceis. Segundo relatos de Vera Lúcia, outra líder do acampamento atualmente, nesta época os acampados chegaram a consumir banana verde para matar a fome.

Em 2006, ainda tentando se estruturar, a comunidade estava espalhada em duas fazendas. Uma delas foi desocupada pacificamente, quando o INCRA entregou a avaliação final das áreas da fazenda São Rafael e as 30 famílias resistentes puderam finalmente se instalar.

Uma proposta diferente

Uma das grandes problemáticas envolvendo esta comunidade é o fato de estar localizada numa área de proteção ambiental, a APA de Guaraqueçaba. Isso, segundo a Secretaria de Segurança Pública do Paraná e a ONG SPVS, impediria o INCRA de realizar um projeto de desapropriação para uso em reforma agrária. Esta afirmação era rebatida pelo próprio MST, por meio das acusações de crimes ambientais supostamente cometidos pelos administradores da fazenda e por meio do projeto de assentamento criado para esta comunidade. Este novo projeto se encaixava nas diretrizes adotadas pelo MST a partir dos anos 2000.

A partir de seu IV Congresso Nacional realizado em 2000, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), traz para o centro de seus debates a discussão sobre a “organização dos assentamentos” (MST, 2000). Isso ocorre devido à percepção de que era necessário aprimorar o modelo de assentamento realizado até então, que se caracterizava por priorizar, notadamente, durante a implantação, as dimensões ligadas ao trabalho e à produção - constatável pela distribuição de lotes fechados destinados à tutela e exploração exclusiva. As consequências dessa forma de organização levaram as famílias a se isolarem nos seus lotes, reduzindo a convivência e a participação das pessoas na organização da comunidade⁷.

Desta forma, foi colocada em pauta a necessidade de levar em conta outras dimensões no processo de formação dos assentamentos rurais, como os aspectos sociais, políticos, organizacionais e ambientais, que proporcionassem espaços de convivência social e desenvolvimento ético.

Deveremos estimular a prática agrícola sem a utilização de insumos externos ao lote, sem a utilização dos agroquímicos. Deveremos ao longo dos anos ir ajustando esta forma de produzir, evitando gastar dinheiro com adubos e venenos, com horas máquina, buscando utilizar mais e melhor a mão de obra disponível e desenvolvendo técnicas adaptadas a nossa realidade, evitando de nos intoxicar e de envenenar a natureza⁸.

⁷ BORSATTO et al., 2007. Agroecologia e Valorização de Novas Dimensões no Processo de Reforma Agrária: Estudo de caso do acampamento José Lutzenberger. Informações Econômicas, SP, v.37, n.8, ago. 2007. p.15.

⁸ MST. Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio: São Paulo, 2000. p. 50-51.

Ao buscar uma nova matriz tecnológica, o MST traz para o centro de seus debates a agroecologia. Para o MST, a agroecologia não é simplesmente uma questão tecnológica com a substituição de insumos, mas a principal alternativa para a agricultura em contraposição ao agronegócio. Para sua implantação, o primeiro processo é o de transição agroecológica, formada por três processos básicos apresentados na tese de doutorado de Adriano Costa Valadão⁹. São eles: 1) a redução e racionalização de insumos químicos, 2) a substituição de insumos e 3) manejo da biodiversidade e redesenho dos sistemas produtivos. (VALADÃO, 2012, p. 45).

Em 2006, a EMBRAPA lançou o Marco Referencial em Agroecologia¹⁰. No documento, explora a complexidade da agroecologia, não só como um método científico, mas como um campo de conhecimento transdisciplinar. Segundo o relatório, a agroecologia tem base na relação sinérgica entre a evolução do conhecimento científico e do saber popular e a sua necessária integração. (EMBRAPA, 2006).

O termo Agroecologia foi assim cunhado para demarcar um novo foco de necessidades humanas, qual seja, o de orientar a agricultura à sustentabilidade, no seu sentido multidimensional. Num sentido mais amplo, ela se concretiza quando, simultaneamente, cumpre com os ditames da sustentabilidade econômica (potencial de renda e trabalho, acesso ao mercado), ecológica (manutenção ou melhoria da qualidade dos recursos naturais e das relações ecológicas de cada ecossistema), social (inclusão das populações mais pobres e segurança alimentar), cultural (respeito às culturas tradicionais), política (organização para a mudança e participação nas decisões) e ética (EMBRAPA, 2006, p.22).

O projeto de assentamento (PDA) José Lutzenberger, construído coletivamente e entregue ao INCRA em 2004, já se estabelecia neste novo modelo de produção. O modelo da agroecologia adotado no acampamento José Lutzenberger preza por um cultivo livre de agrotóxicos ou venenos, com a intervenção mínima necessária. O plantio é feito manualmente e as hortas misturam espécies e imitam o ecossistema da floresta local. Além disso, o acampamento,

⁹ VALADÃO, Adriano da Costa. Transição Agroecológica nos Assentamentos Rurais: Estratégias de Resistência e Produção de Novidades. Curitiba, PR, 2012. (Tese de doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná, UFPR.

¹⁰ EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Marco Referencial em Agroecologia. Brasília – DF, 2006. 70 p. Disponível em http://www.embrapa.br/publicacoes/institucionais/titulos-avulsos/marco_ref.pdf. Acesso em: 09 nov. 2013.

desde o seu estabelecimento, trabalha na recuperação da mata nativa por meio do modelo de produção agroflorestal, onde árvores frutíferas nativas são inseridas em meio a mata local. Outro trabalho importante realizado por estes produtores rurais é o de recuperação dos rios da região, da sua mata ciliar e a reversão das obras de desvios dos seus mananciais. A ideia do acampamento desde o começo foi produzir prezando pela conservação ambiental, em compasso com a natureza, de forma sustentável.

A estrutura do acampamento segue o modelo de agrovila, onde cada família ocupa um lote de 40 x 100 metros, onde constroem as suas moradias e estabelecem pequenas hortas. Além da agrovila, existem os espaços dedicados a hortas comunitárias e ao cultivo agroflorestal, bem como um barracão, onde são mantidos os equipamentos e realizadas as reuniões do coletivo. O restante da área é destinado à preservação ambiental.

A produção no José Lutzenberger começou render frutos apenas em 2008. Mas todo o diferencial proposto no modelo agroecológico, oposto à agricultura convencional, fez do acampamento uma comunidade exemplar. Além do manejo sustentável da área que ocupam, passaram a ter uma produção de qualidade. Hoje, a produção agroecológica, além de garantir a segurança alimentar das 25 famílias que vivem no local, é entregue a 16 escolas estaduais e municipais de Antonina. Na merenda, estão as beterrabas, mandiocas, bananas, alfaces, brócolis e couves-flores plantadas e colhidas pelas mãos desses produtores. Os alimentos também são vendidos na feira, na praça em frente ao colégio Brasília Machado, em Antonina, aos sábados e as quartas-feiras. O dinheiro recebido pelo trabalho é dividido entre o coletivo e as decisões também são tomadas em conjunto em reuniões periódicas.

Apesar de ainda não terem sido assentadas, essas famílias, numa definição do próprio MST, se enquadram nas características de um assentamento, não de um acampamento - que seria uma instalação temporária, onde ainda não há uma produção agrícola desenvolvida.

Uma das principais contribuições dos assentamentos do MST para a sociedade brasileira foi cumprir o compromisso de produzir arroz, feijão, leite, queijo, frutas, legumes e verduras para o povo brasileiro. [...] As áreas agrícolas reformadas não podem ser apenas lugares de produção e trabalho. Assentamento é um espaço para o conjunto de famílias camponesas viver, morar, estudar e garantir um futuro melhor à população. [...] Os assentamentos representam o desfecho de um processo no qual o monopólio da terra e o conflito social são superados (MST, 2010, p.19).

Esse é um motivo de orgulho, mas também de preocupação. A luta pelo assentamento das famílias ocorre há dez anos, ainda sem solução, e o que seria a principal conquista desta comunidade ainda não veio. O título de assentamento é o que falta para o trabalho desses produtores rurais avançar. Essa comunidade conseguiu através de muito trabalho se estabelecer e distribuir a sua produção, porém, o desenvolvimento de um acampamento, sem a regularização fundiária, fica empacado na burocracia.

Para conseguir adquirir os equipamentos necessários, esses trabalhadores tiveram que criar a Associação de Produtores Rurais Filhos da Terra, através da qual conseguiram junto a prefeitura de Antonina comprar o caminhão e dois tratores. Para distribuir os alimentos, a solução encontrada foi fazer individualmente, aplicações ao PRONAF, do Governo Federal, para conseguir DAPs para quatro agricultores familiares da comunidade¹¹.

A negociação para o assentamento das famílias ainda segue entre o MST, o INCRA, o IBAMA e o fazendeiro, intermediados pelo secretário especial de Assuntos Fundiários do Paraná, Hamilton Serighelli. Segundo o governo do estado, atualmente existem 319 assentamentos da reforma agrária no estado, que abrigam 20 mil famílias. De janeiro de 2011 até junho de 2012 foram assentadas cerca de 500 famílias no Paraná, mas 5,5 mil famílias ainda permanecem acampadas¹². Serighelli tem visitado cada uma das áreas que são alvo de disputa e acompanha de perto a situação do Acampamento José Lutzenberger.

Recentemente, no dia 22 de outubro, uma nova audiência foi convocada, mas Pedro Paulo Pamplona não compareceu. Pelo fato de ser um processo de reintegração de posse, os moradores no acampamento não podem participar das audiências. Neste contexto, qualquer tipo de trabalho que possa divulgar a trajetória de luta desta comunidade pode contribuir para que mais pessoas a conheçam e pode ser usado para com influência para que este processo seja resolvido mais rapidamente.

¹¹ Por meio do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar -, quatro moradores conseguiram DAPs – Declaração de Aptidão ao Pronaf. Desta forma, viabilizaram legalmente a compra dos seus alimentos pelas escolas municipais e estaduais da cidade.

¹² GOVERNO FEDERAL indica Paraná como exemplo na solução de conflitos agrários. **Agência Estadual e Notícias**, Curitiba, 10 jun. 2012. Disponível em: <http://tinyurl.com/aen-conflitosagrarios>. Acesso em 09 nov. 2013.

Embora lutem por isso há tantos anos, Luzinete, Vera Lúcia, Sara, Lena e todos os outros os moradores que foram entrevistados para a realização desta pesquisa, nunca cogitaram desistir desta luta, e de nenhuma maneira, abririam mão da sua história e da sua vida no campo.

2. DIMENSÕES DA FOTOGRAFIA

2.1. A FOTOGRAFIA E A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Para executar esse projeto, partiu-se do pressuposto que a sociedade contemporânea é intensamente dependente da imagem fotográfica e de que as imagens, assim como outras formas de linguagens, são instrumentos mediadores da relação entre o homem e o mundo, que podem facilitar a compreensão humana sobre o universo e sobre as relações sociais. Boris Kossoy (1989) explica, em seu livro *Fotografia e História*, como a fotografia passa a ocupar um lugar central na expressão da identidade humana. O homem usou a ferramenta da “câmera obscura” durante séculos, para eternizar através do seu desenho a imagem do mundo visível refletida no interior da câmara. Com a invenção da fotografia, a tal imagem refletida passa a ser gravada numa superfície sensível.

O advento da fotografia surge junto com a revolução industrial e suas inovações tecnológicas. André Rouillé (2009) observa que a imagem fotográfica tem estreita ligação com os fenômenos mais emblemáticos desta transição: a expansão das grandes cidades, a industrialização, as mudanças nas comunicações, a economia monetária e os princípios democráticos. “Tudo isso, associado ao seu caráter mecânico, fez da fotografia, na metade do século XIX, a imagem da sociedade industrial”. (ROUILLE, 2009, p.16)

A popularização da fotografia alcança o ápice, quando em 1888, o norte-americano George Eastman lança a primeira câmera compacta com um filme que podia ser revelado por apenas dez dólares. “*You press the button, we do the rest*”¹³, dizia o slogan da Kodak, que na época representava a nova fase da fotografia na sociedade moderna, acessível a todos. A câmera portátil virou acessório indispensável e como afirma Susan Sontag (2004): “Tirar fotos estabeleceu uma relação voyeurística crônica com o mundo, que nivela o significado de todos os acontecimentos” (SONTAG, 2004, p.21).

Ainda sobre a popularização da câmera fotográfica, Sontag (2004), afirma que após a sua invenção “a subsequente industrialização da tecnologia da câmera apenas cumpriu uma promessa inerente à fotografia, desde seu início: democratizar

¹³ “Você aperta o botão, nós fazemos o resto”, traduzido livremente do inglês.

todas as experiências ao traduzi-las em imagens.” (SONTAG, 2004, p.18). A partir de então se observa uma mudança no indivíduo e na sua relação com o mundo e com a sua imagem. Kossoy (1989) analisa:

A expressão cultural dos povos, exteriorizada através de seus costumes, habitação, monumentos, mitos e religiões, fatos sociais e políticos, passou a ser gradativamente documentada pela câmera. (...) O mundo tornou-se de certa forma “familiar” após o advento da fotografia; o homem passou a ter um conhecimento de outras realidades que lhe eram, até aquele momento, transmitidas unicamente pela tradição escrita, verbal e pictórica. O mundo, a partir da alvorada do século XX, se viu, aos poucos, substituído pela sua imagem fotográfica. O mundo tornou-se, assim, portátil e ilustrado. (KOSSOY, 1989, p. 15)

A dependência do indivíduo a imagem fotográfica fica ainda mais evidente no final do século XX e ao longo dos treze anos do século XXI. Com a digitalização, a imagem, que já poderia se considerada democrática, fica ainda mais acessível. A internet vira uma rede bombardeada pela imagem fotográfica, desde os flagras possibilitados pelas câmeras dos celulares, a autorretratos e fotos de cada passo do cotidiano. Nossa relação com o mundo é cada vez mais imagética, como analisa José de Souza Martins (2013), em seu livro “Sociologia da Fotografia e da Imagem”.

Mesmo quando não temos uma fotografia para cada situação, o imaginário cria a imagem em nós e para nós. (...) Há uma dramaturgia social que torna a fotografia, a imagem, necessária. A fotografia reforça a necessidade de representar. Nas fotografias, as pessoas fazem supor. Ao mesmo tempo, a fotografia se propõe como apontamento da memória e não como memória, como lembrete do que se perdeu no cotidiano (...) (MARTINS, 2013, p.43)

Kossoy (1989) conseguiu explicar essa dependência, antes mesmo da invenção da fotografia digital, usando os valores econômicos instaurados há mais de cem anos, durante a própria revolução industrial, mas que valem até hoje mesmo com todas as transformações sociais ocorridas nas últimas décadas.

A indústria da imagem se viu enormemente desenvolvida em função da sociedade de consumo e da publicidade, criando padrões de gosto e comportamento, tem desempenhado papel preponderante na criação de todo um ideário estético. (KOSSOY, 1989, p. 89).

O autor ainda argumenta que a imagem fotográfica está inserida na história cultural da sociedade, pois se faz presente como meio de comunicação e expressão em todas as atividades humanas, do extraordinário ao cotidiano, da ciência à arte.

Por meio desta análise, fica evidenciada a importância da fotografia e sua impossível dissociação da sociedade contemporânea. A partir deste momento é necessária uma nova reflexão, sobre capacidade documental da imagem fotográfica e também a sua habilidade para criar novas realidades.

2.2. REGIME DA VERDADE E CONSTRUÇÃO DE REALIDADES

Evidenciada a relação intrínseca entre a sociedade e a imagem fotográfica, é necessária uma nova discussão: como a fotografia ganha seu status de testemunho do real. Kossoy (2009) explica que desde o seu surgimento e ao longo de sua trajetória a fotografia tem sido aceita como prova definitiva, um “testemunho da verdade” e isso se deve a fatores técnicos do processo fotográfico. “Graças a sua natureza físico-química – e hoje também eletrônica – de registrar aspectos (selecionados) do real, tal como estes de fato se parecem, a fotografia ganhou elevado *status* de credibilidade.” (KOSSOY, 2009, p.19).

Segundo Kossoy (2009), essa credibilidade de “fornecedora de provas e indícios de uma dada realidade” se estabelece porque a fotografia contém dois aspectos que lhe são inerentes: o índice e o ícone.

1. Índice: prova constatação documental que o objeto, assunto representado, tangível ou intangível, de fato existiu/ocorreu. [...] 2. Ícone: comprovação documental da aparência do assunto e da semelhança que o mesmo tem com a imagem; isto em função da característica peculiar do registro fotográfico cuja tecnologia possibilita a obtenção de um produto iconográfico com elevado grau de semelhança com o referente que lhe deu origem. (KOSSOY, 2009, p.33)

Além do aspecto técnico, a credibilidade da fotografia se deve ao seu viés histórico. Como já mencionado anteriormente, a fotografia nasce e se torna a imagem da revolução industrial. Rouillé (2009) observa que a imagem fotográfica, no seu advento, obedece a uma espécie de princípio democrático. Ele a relaciona diretamente com o funcionamento da economia na época da revolução, baseada no regime da confiança.

Os primeiros sucessos, do banco e da fotografia, baseiam-se na renovação do regime da confiança. [...] Foi renovando o regime da verdade, nutrindo a crença de que suas imagens são “a exatidão, a verdade, a própria realidade”, que a fotografia pode suplantiar o desenho e a gravura em suas funções documentais. Essa capacidade da fotografia para reformar, na metade do século XIX, o regime da verdade, não se apoia somente em seu dispositivo técnico, mas em sua coerência com o percurso geral da sociedade: a “racionalidade instrumental”, a mecanização, o “espírito do capitalismo” (Max Weber), e a urbanização. (ROUILLÉ, 2009, p.51)

Rouillé (2009) exemplifica a máxima do regime da verdade através de falas de autores da época. Ele cita André Beucler¹⁴, que dizia que a fotografia-documento não mente, porque “não inventa” e “não escolhe”. Outro exemplo utilizado pelo autor é a fala do jornalista Jules Janin¹⁵, dado o advento do daguerreotipo em 1839, onde assume a fotografia como o “espelho que conserva a impressão de todos os objetos nele refletidos”.

Martins explica que tal credibilidade se dá porque a fotografia criava uma visualidade a própria sociedade industrial, livrava a imagem moderna das fantasias e rebuscamentos da pintura. “Nos seus começos, a fotografia foi recebida como nascimento de uma visualidade republicana e igualitária”. (MARTINS, 2013, p.41).

Mas, mesmo que reconheçam esta credibilidade inerente a fotografia nos seus primeiros anos, os três autores também a contestam, ainda que de formas diferentes. Começando por Kossoy, que afirma que, apesar de toda a credibilidade atribuída à fotografia enquanto “documento fiel” dos fatos, devemos admitir que a obra fotográfica é o resultado de uma soma de construções.

A fotografia se conecta fisicamente ao seu referente, - e esta é uma condição inerente ao sistema de representação fotográfica – porém, através de um filtro cultural, estético e técnico, articulado no imaginário de seu criador. (KOSSOY, 2009, p. 42).

Rouillé (2009) é mais radical em sua crítica e desqualifica a fotografia de qualquer aspecto documental ou referente ao real que tal imagem possa ter. “A fotografia não é um documento, mas somente está provida de um valor documental, variável segundo circunstâncias.” (ROUILLÉ, 2009, p. 19). Segundo ele, o documento fotográfico se tornou incapaz de responder às necessidades da sociedade pós-industrial, nos seus aspectos culturais e tecnológicos, a fotografia

¹⁴ BEUCLER, André. 1932 *apud* ROUILLÉ, 2009, p. 67.

¹⁵ JANIN, Jules. 1838-1839 *apud* ROUILLÉ, 2009, p. 65.

documental declina junto com a sociedade industrial e é substituída pela fotografia-expressão, que não tem qualquer compromisso em referenciar ao real. ROUILLÉ (2009) afirma que, enquanto a fotografia-documento pretende ser uma impressão direta, a fotografia-expressão assume seu caráter indireto.

Contrariamente ao que se diz, a fotografia-documento não teve como função principal representar o real, nem mesmo de torna-lo crível, mas de designá-lo e, sobretudo, de ordenar o visual (e não mais o visível). [...] Do mesmo modo que a linguagem, cuja função é, segundo Deleuze e Guattari¹⁶, menos informar ou comunicar do que transmitir palavras de ordem, a fotografia documento terá servido menos à informação e à comunicação do que à transmissão de uma ordem visual. (ROUILLÉ, 2009, p. 157 - 158)

Este debate é importante para que a escolha da fotografia como linguagem seja feita de forma crítica e consciente de todas as suas implicações. Mas ao contrário de Rouillé (2009), a pesquisadora priorizou a visão de Kossoy sobre a imagem fotográfica como uma construção a partir do real, e que seu caráter e importância documental lhe são inerentes, mas não podem ser compreendidos se dissociados do seu processo de criação.

2.2.1 O processo de construção da imagem fotográfica

Os elementos constitutivos da imagem fotográfica são os componentes que a tornam materialmente possível: o assunto, objeto de registro, a tecnologia, que viabiliza o registro, o fotógrafo, o autor, e por fim, numa última etapa o espectador. Para entender o processo de criação da imagem fotográfica é preciso levar em conta seus componentes de ordem material e imaterial. Kossoy (2009) exemplifica: de ordem material são os recursos técnicos, a luz disponível e seus recursos ópticos. Na ordem imaterial ficam os recursos mentais e imateriais, que cabem a cada fotógrafo e ao seu assunto. Esses últimos se sobrepõem hierarquicamente aos primeiros.

Kossoy (2009) explica que o processo fotográfico se dá em um preciso lugar, numa determinada época, ou seja, toda e qualquer fotografia tem sua origem num específico espaço e tempo. Tal espaço e tempo subentendem um contexto histórico específico. Também é importante lembrar que existe sempre uma motivação para

¹⁶ DELEUZE, G. GUATTARI, F. 1980 *apud* ROUILLÉ, 2009, p. 158.

criação da fotografia. Segundo Kossoy (2009), toda fotografia foi produzida com certa finalidade.

O assunto, tal como se acha representado na imagem fotográfica, resulta de uma sucessão de escolhas; é fruto de um somatório de seleções de diferentes naturezas – idealizadas e conduzidas pelo fotógrafo. [...] A imagem fotográfica é antes de tudo uma representação a partir do real segundo o olhar e a ideologia de seu autor (KOSSOY, 2009, p.27, 30).

A impossível dissociação da fotografia do seu processo de construção evidenciado por Kossoy (1989) criam um binômio indivisível da fotografia: o testemunho e a criação.

Toda fotografia é um testemunho segundo um filtro cultural, ao mesmo tempo em que é uma criação a partir de um visível fotográfico. Toda fotografia representa o testemunho de uma criação. Por outro lado, ela representará sempre a criação de um testemunho. [...] A fotografia é assim, um duplo testemunho: por aquilo que ela nos mostra da cena passada, irreversível, ali congelada fragmentariamente, e por aquilo que nos informa acerca do seu autor. (KOSSOY, 1989, p.33)

Através deste processo de criação cheio de etapas e interações a imagem fotográfica, feita a partir do real, cria uma nova realidade. Kossoy (2009) fala em duas realidades possíveis. A primeira, inerente a qualquer objeto fotografado é o próprio passado, a realidade do objeto em si e a realidade de todos os aspectos do processo de criação de tal imagem fotográfica e seu espaço e tempo. A segunda realidade, segundo o pesquisador, é a realidade do assunto representado, contido nos limites bidimensionais da imagem fotográfica. A segunda realidade é a realidade fotográfica do documento.

Kossoy (2009) afirma que há de se alargar a definição do documento e cita o livro “A história e seus métodos”, do francês Charles Samaran¹⁷. O autor afirma que não há história sem documento, e a palavra documento no seu sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som ou imagem. A importância documental da fotografia se revela, pois como vimos anteriormente, além de mostrar a cena passada, “faz saber também de seu autor, o fotógrafo, e da tecnologia que lhe proporcionou uma configuração característica e viabilizou seu conteúdo”. (KOSSOY, 1989, p.49).

¹⁷ Samaran, Ch. 1961 *apud* KOSSOY, 1989, p. 32.

Martins (2013) complementa esse pensamento quando designa ao sociólogo da imagem a tarefa de levar em consideração o próprio fotografado, que segundo o autor, é um poderoso coadjuvante do ato fotográfico, e que, portanto, interfere na sua execução. A fotografia é o fruto de uma interação entre todos os seus componentes num processo de criação.

Podemos concluir, assim como Kossoy (2009), que a imagem fotográfica não se esgota em si, e assim como as demais fontes de informação históricas, não podem ser aceitas imediatamente como espelhos fieis dos fatos.

As imagens fotográficas não se esgotam em si mesmas, pelo contrário, elas são apenas o ponto de partida, a pista para tentarmos desvendar o passado. Elas nos mostram um fragmento selecionado da aparência das coisas, das pessoas, dos fatos, tal como foram (estética/ideologicamente) congelados num dado momento de sua existência/ocorrência (KOSSOY, 2009, p.21).

A fotografia então, mesmo que recheada de interações subjetivas no seu processo de criação não deixa de ser documento e contar história. Martins alega que o uso da imagem fotográfica se expande não como mero instrumento supletivo da linguagem, mas como discurso dotado de vida e legalidade própria.

A fotografia não é apenas documento para ilustrar nem apenas dado para confirmar [...] Ela é constitutiva da realidade contemporânea e nesse sentido, é de certo modo, objeto e também sujeito. (2009, p. 23).

É dentro desta perspectiva que este projeto entende a fotografia e é desta forma que ela foi abordada com os moradores do acampamento José Lutzenberger durante a oficina fotográfica.

2.3. OLHAR ENJAGADO E INCLUSÃO VISUAL

A ideia da fotografia como documento é reforçada por Milton Guran (2007) no seu artigo *O Olhar engajado: inclusão visual e cidadania*. Segundo o pesquisador, o século XX viu a imagem técnica se impor nas comunicações humanas como um instrumento de informação. A pesquisadora Ana Maria Mauad (2008) também aborda o assunto no artigo *O Olhar Engajado: fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual*. Para ela, a experiência

fotográfica dos novecentos redefiniu as formas de acesso aos acontecimentos históricos e sua inscrição na memória social, a ponto de podermos contar a história do século através de suas imagens.

Neste contexto de transformações sociais, Mauad (2008) considera o fotógrafo como um mediador cultural, ao traduzir em imagens técnicas sua experiência subjetiva do mundo social. A autora destaca a experiência fotográfica denominada *concerned photographs*, para ilustrar o engajamento do olhar deste mediador cultural e o ato fotográfico como prática social. As *concerned photographs* surgiram com os precursores da fotografia documental nos Estados Unidos. Jacob Riis (1849-1914) e Lewis Hine (1874-1940) devotaram seu trabalho fotográfico ao registro visual de questões sociais, como a péssima condição de vida da classe trabalhadora americana ou a exploração do trabalho infantil nos EUA.

Mauad (2008) explica que, para a geração de fotógrafos que se forma a partir dos anos 30, a fotografia não era apenas um meio de ganhar dinheiro, mas sim um meio de exprimir seus ideais e construir imagens de determinados acontecimentos e questões sociais, raciais e políticas.

É a prática adotada pelo fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado. Segundo Mauad (2008), essas imagens “engajadas” são agentes de um processo de produção de sentido contra hegemônico, e oposição aos discursos oficiais sobre determinados temas. É o que vemos no trabalho de Salgado sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, publicado no livro *Terra: luta dos sem-terra*, de 1997, que se identifica com o objeto de estudo desta pesquisa. Através do trabalho do fotógrafo, “é impossível manter a inércia” (2008, p. 44), afirma Mauad. O engajamento de Salgado fica ainda mais evidente quando se conhece a história do lançamento do livro, que ocorreu simultaneamente em diversos países para chamar a atenção para a necessidade da reforma agrária no Brasil. Toda a renda proveniente da venda do livro foi repassada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil.

No entanto, este projeto, ao oposto do que fez Salgado no seu trabalho sobre o Movimento Sem Terra, pretende, além de dar voz e autonomia para o próprio movimento produzir um discurso a cerca de si mesmo, trazer um olhar engajado e pessoal, trazendo os nomes e histórias particulares de cada morador deste acampamento.

Guran (2007) reitera que a força da fotografia vai muito além da informação jornalística, está na publicidade, na representação visual da vida e do mundo, e na representação do universo afetivo de cada um. O autor atribui à fotografia um potencial de formadora de opinião em nível planetário

A tecnologia digital põe em curso uma nova revolução, cuja amplitude ainda não é possível avaliar, embora seja indiscutível o avanço na democratização da informação. O que nós podemos ver hoje em dia se expandiu, através da fotografia e das demais imagens técnicas, muito além dos horizontes da nossa aldeia.

A fotografia é, sob vários aspectos, sinônimo de aquisição [...] Através da fotografia, nos encontramos também, numa posição de consumidores de acontecimentos, sejam os acontecimentos que fazem parte da nossa experiência, sejam os que não (SONTAG, 2004, p.149-150).

Ainda segundo Sontag (2004), a liberdade de consumir uma pluralidade de imagens e bens equivale à própria liberdade. Guran (2007) avalia que a fotografia aparece como um instrumento de representação de si mesmo, tanto no plano pessoal como no plano social, e que é ferramenta de transformação.

Além disso, se a fotografia é hoje um atestado de cidadania, pela via dos diferentes registros de controle do estado capitalista, ela pode ser muito mais se associada às políticas de democratização e aos processos de inclusão social. O direito à informação, o direito à representação, o direito à educação visual, enfim, o direito à imagem, estão necessariamente relacionados às políticas de identidades próprias, à redefinição dos sujeitos sociais em termos planetários (GURAN, 2007, s/p.).

Embora exista certa democratização da informação fotográfica através da internet, ainda é evidente o controle hegemônico do processo de produção da fotografia. Segundo Guran, isso se dá em nível global – do país hegemônico sobre os demais países, e em nível nacional – das classes dominantes sobre o povo e as minorias.

Kossoy (2009) fala em manipulação da opinião pública através da imagem. Segundo ele, as diferentes ideologias, onde quer que atuem, sempre tiveram na imagem fotográfica um poderoso instrumento para a veiculação das ideias e conseqüentemente, de formação de opinião. Tal influência foi facilitada pelos avanços tecnológicos dos meios de informação e comunicação, que possibilitaram uma multiplicação massiva das imagens hegemônicas. Para o autor, tal manipulação

tem sido possível justamente em função da “credibilidade que as imagens têm junto à massa, para quem, seus conteúdos são aceitos e assimilados como expressão da verdade.” (KOSSOY, 2009, p.20)

Sobre a necessidade de múltiplos discursos visuais sobre o mundo e sobre cada sociedade, Martins (2013) afirma que a fotografia é inútil se não tem sentido para determinado indivíduo ou público.

(Allan)Sekula sugere a necessidade do que se poderia definir como “alfabetização fotográfica”, o desenvolvimento da capacidade de ver uma fotografia e interpretar o que ela contém, como requisito para que a fotografia entre no circuito dos processos interativos de que é instrumento e indício.¹⁸

Esta alfabetização faz parte do processo que Guran (2007) chama de “inclusão visual”. Seu potencial revolucionário e contra hegemônico se encontra no saber fazer, mas principalmente no aprender a pensar e a criar a partir de um dispositivo de tecnologia e ser capaz de interpretar seus signos. A ideia desta inclusão é quebrar a representação midiática dominante, que representa a si mesma e o outro a partir ideias do que o outro deve ser, para que o mundo funcione de acordo com os seus interesses, como lhe convém.

A inclusão visual se faz indispensável na sociedade contemporânea.

Sendo a fotografia uma representação do mundo visível, um rastro de vida, é a própria vida por trás da foto que potencializa o valor da imagem. Uma sociedade ou um grupo social quando abre mão de produzir a sua própria imagem está renunciando a si mesmo e, assim, começa a deixar de existir enquanto sociedade ou grupo social distinto. (GURAN, 2007)

No Rio de Janeiro, exemplo usado por Guran (2007) em seu artigo, partes importantes da população são excluídas da produção da própria imagem. Tais minorias são sistematicamente representadas para a sociedade sob o impacto da tragédia, o que aumenta o preconceito e diminui a autoestima desses grupos.

Além do mais, sendo excluídas da produção da imagem e se constituindo assim em virtuais analfabetos visuais, esses setores da população não têm a menor condição de se preparar para utilizar corretamente os equipamentos urbanos modernos e demais instrumentos de trabalho, o que acentua ainda mais a sua situação de exclusão. (GURAN, 2007)

¹⁸ SEKULA, Allan. 2005 *apud* MARTINS, 2013, p.24.

Tal exclusão pode, de certo modo, ser identificada nas vivências no acampamento José Lutzenberger. Este projeto se configura num processo de inclusão visual desta comunidade, primeiramente através da oficina fotográfica, utilizada como método de “alfabetização fotográfica” e num segundo momento por meio da exposição das fotos, para a comunidade e para comunidades externas, como um método de apropriação da produção da sua imagem, para transformar os atores sociais dessa comunidade em sujeitos da representação da sua própria história.

Guran (2007) relata que no Rio de Janeiro, a exemplo do que acontece no mundo, dezenas de projetos de inclusão visual acontecem nas favelas e comunidades desfavorecidas da cidade. A ideia é fornecer aos seus moradores um instrumento para o exercício da sua cidadania, valorizando as suas próprias relações sociais e o que a comunidade tem de melhor.

Esses projetos fazem parte de um movimento mais amplo de democratização da cultura cotidiana e da cultura política que têm sido em muito impulsionadas pelo advento dos meios eletrônicos e pelo surgimento de organizações não-tradicionais. [...] A fotografia produzida nesses projetos surpreende tanto pela sua forma quanto pelo seu conteúdo. Essa fotografia pode, ao mesmo tempo, por diversas motivações, passar ao largo dos cânones estéticos da cultura ocidental – que, apesar de tudo, representa o contexto cultural no qual se encontram - mas igualmente representar esses mesmos cânones, associando uma utilização intuitiva clássica a novas escolhas de conteúdo, ou simplesmente se apropriando de atitudes, procedimentos e características das classes mais favorecidas para dar visibilidade às suas próprias relações pessoais e sociais que não são jamais apresentadas. (GURAN, 2007, s/p.)

Com as fotografias produzidas nestes projetos de inclusão visual, um determinado grupo, que se encontrava excluído dos meios de produção da própria imagem, tem a possibilidade de construir e dar a conhecer a sua própria estética, escapando da exclusão no seu grupo e se opondo a imagem produzida massivamente sobre si mesmo, pela qual foi marcado desde as suas origens.

2.3.1 A representação imagética e midiática do MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é uma destas parcelas da sociedade que vem sendo excluída da produção da própria imagem e sistematicamente criminalizada pelas grandes mídias que monopolizam os meios de produção massiva. No Brasil, é possível analisar nos meios de comunicação, uma situação análoga a concentração fundiária, relatada alguns capítulos acima. Ainda que exista uma democratização na comunicação, possibilitada principalmente pela internet, existe um monopólio e uma quantidade limitada de visões e abordagens que chegam massivamente a população pelos poucos grupos que controlam o setor no país. Essas visões, na maioria das vezes, criminalizam os movimentos sociais, principalmente o MST, e dificultam o debate da questão agrária, como pode ser claramente observado no trecho abaixo, publicado no editorial da revista *Veja*¹⁹, numa edição de 2009, que assinalava os 25 anos do MST.

Eles se abrigam sob a bandeira de uma organização política com o nome de Movimento dos Sem-Terra (MST). Não têm sede fixa nem estatuto. Seus chefes nacionais nunca são processados ou condenados. Apesar disso, suas ações são criminosas e suas vítimas em potencial, qualquer propriedade, empresa ou centro de pesquisa agropecuária que produza riqueza ou tecnologia. Para angariarem simpatia e milhões de reais de repasses do governo federal, eles se disfarçam de defensores da reforma agrária lutando em nome de agricultores familiares deslocados de suas pequenas propriedades por implacáveis magnatas do agronegócio. São, na verdade, um grupo de espertalhões de esquerda que recruta, manipula e domina pelo poder econômico, e também pela violência, andarilhos, mendigos, desempregados urbanos, ex-presidiários, foragidos da Justiça e até pessoas com emprego nas cidades que aceitam engrossar suas fileiras em troca de pagamento. Essa espantosa organização completou na semana passada um quarto de século zombando da lei²⁰.

Fica evidente o interesse em deslegitimar a luta do MST e de outros movimentos sociais. Sendo a imprensa uma forma de controle social informal, como define Flávio Bortolozzi Junior²¹, ela exerce influência indireta para a construção de estereótipos e os movimentos sociais sofrem, pela mídia, um processo de criminalização ideológica.

¹⁹ REVISTA VEJA. MST: 25 anos de crimes e impunidade. São Paulo, 28 jan. 2009. Edição 2097, ano 42, n. 4. Disponível em <http://veja.abril.com.br/acervodigital/>. Acesso em: 02 nov. 2013.

²⁰ Idem, trecho da seção "Carta ao Leitor".

²¹ BORTOLOZZI JR, Flávio. A criminalização dos movimentos sociais como obstáculo à consolidação dos direitos fundamentais. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008

Este processo é plenamente identificável no caso dos conflitos agrários no Brasil. Comumente a grande mídia relaciona a imagem do MST à desordem, utilizando-se de diversos métodos de mensagens subliminares, claramente atribuindo aos seus integrantes estereótipos de “subversivos”, de ‘invasores’, transformando este determinado grupo social em um grupo ameaçador à ordem social. Neste sentido, a grande mídia constrói a imagem de um movimento bárbaro, desordeiro, violento, ilegítimo e, conseqüentemente, ilegal. Assim, com a construção de uma idéia de insegurança social, bem como com a construção de um grupo social ‘perigoso’ a mídia realiza seu papel no controle social informal [...]. (BORTOLOZZI, 2008, p. 66.)

Em 2011, o Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social - publicou um relatório intitulado *Vozes silenciadas – A cobertura da mídia sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra durante a Comissão Parlamentar de Inquérito*²². A pesquisa analisou a cobertura de três jornais de circulação nacional (Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo), dois dos telejornais de maior audiência no Brasil (Jornal Nacional, da Rede Globo, e Jornal da Record) e três revistas também de circulação nacional (Carta Capital, Veja e Época). O documento do Intervozes aponta que, em quase 60% das 301 matérias analisadas, foram utilizados termos negativos para estabelecer referências ao MST.

O termo que predominou – e elevou o número de matérias que utilizam expressões negativas – foi “invasão” e seus derivados, como “invasores” ou o verbo “invadir” em suas diferentes flexões, que traz consigo uma carga violenta. Ao todo, foram usados 192 termos negativos diferentes, entre expressões que procuram qualificar o próprio MST ou suas ações. O autor cita termos negativos em 63 notícias, oito notas e duas notas cobertas, totalizando 73 inserções de termos negativos no chamado “jornalismo informativo”. Somando as referências negativas em artigos e carta de leitores, chega-se a 178 inserções. (INTERVOZES, 2011, p.46)

Feita essa análise, a necessidade de novas abordagens acerca dos movimentos sociais, como o MST, se faz urgente. Este trabalho se propõe a dar a voz a uma, entre tantas, comunidades excluídas do processo de comunicação e construção da própria imagem, para oferecer uma alternativa a mídia hegemônica e possibilitar, mesmo que num nível municipal, o acesso a um novo discurso sobre o MST e especificamente, sobre o trabalho no acampamento José Lutzenberger.

²² INTERVOZES, Vozes Silenciadas, 2011. Disponível em: <http://www.intervozes.org.br/arquivos/interliv003vozsmst>. Acesso em 02 nov. 2013.

3. METODOLOGIA

Para que este projeto fosse executado da maneira a que se propôs, foram realizadas quatro etapas de pesquisa teórica e prática: pesquisa bibliográfica, entrevistas, oficina fotográfica e exposição. Inicialmente, foi realizada uma extensa pesquisa bibliográfica, na qual todo o restante do trabalho pode se embasar. As leituras, como demonstrado nos capítulos anteriores, abrangeram os assuntos da luta pela terra no Brasil, a história do MST e sua representação midiática, a fotografia e sua relação indissociável com a sociedade contemporânea, a fotografia e seu poder documental e sua natureza polissêmica.

Esta etapa foi realizada simultaneamente as primeiras visitas ao acampamento José Lutzenberger, onde a pesquisadora pode propor à comunidade a atividade da oficina fotográfica, bem como, pode realizar algumas entrevistas para conhecer a trajetória e o trabalho dos acampados na região. Apesar de se tratar de um projeto de comunicação usando a fotografia como linguagem, as entrevistas jornalísticas foram ferramentas essenciais na hora de construir a pesquisa. Todo o resgate histórico do Acampamento José Lutzenberger apresentado no primeiro capítulo foi baseado nas entrevistas com as lideranças da comunidade. A autora, por meio das entrevistas pode captar a história do acampamento através da experiência pessoal de seus componentes. Cremilda Medina (1995) enfatiza a importância do aspecto humano que essa prática possibilita.

A entrevista, nas suas diferentes aplicações, é uma técnica de interação social, de interpenetração informativa, quebrando assim isolamentos grupais, individuais, sociais; pode também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação. Em todos estes e outros usos das Ciências Humanas, constitui sempre um meio cujo fim é o inter-relacionamento humano. Para além da troca de experiências, informações, juízos de valor, há uma ambição ousada que filósofos como Martin Buber já dimensionaram: o diálogo que atinge a interação humana criadora, ou seja, ambos os participantes do jogo da entrevista interagem, se modificam, se revelam, crescem no conhecimento do mundo e deles próprios. (MEDINA, 1995, p. 8)

Essas entrevistas se revelaram importantes, pois pude me enquadrar neste projeto, como uma facilitadora, para que os acampados pudessem através da fotografia mostrar a sua realidade. Com as entrevistas, foi possível construir um relato sobre o acampamento, aliando fotografia e texto. Estes primeiros encontros

também foram determinantes na hora de analisar a relação desta comunidade com a própria imagem, com a fotografia e com suas tecnologias.

Finalizada esta primeira etapa, puderam ser definidos os aspectos técnicos e pedagógicos da oficina de fotografia, proposta escolhida para cumprir o objetivo geral deste trabalho de construir um relato imagético plural sobre o trabalho e o cotidiano do Acampamento José Lutzenberger. A opção pela oficina fotográfica se justifica por diversos motivos.

Primeiramente, através da oficina de fotografia, pode-se realizar um processo de inclusão visual como determinado por Milton Guran (2007). Fornecendo material intelectual e tecnológico necessário para os acampados, eles puderam se apropriar do discurso fotográfico e construir imagens sobre a própria realidade. Ao optar por este método, a ideia foi de construir um relato que não fosse baseado somente num olhar externo a comunidade, mas sim, nos seus múltiplos olhares internos e suas visualidades.

O sociólogo que não observa essas regras, esses temores e essas proibições, tanto no ver quanto no fotografar, não só invade, mas também violenta o corpo coletivo invisível, e portanto, social, que nessas interdições se manifesta. E o faz, no geral, sem conhecer e dominar o código de visualidade dos fotografados. Ele pode obter a informação visual que procura, em função dos pressupostos teóricos de sua pesquisa, mas obterá um dado mutilado e desprovido da informação cultural que o situa [...] Sobretudo se desconhecer a cultural visual e do olhar das populações que visita e estuda. (MARTINS, 2013, p.16)

Como já foi evidenciado por esta pesquisa, através do pensamento de José de Souza Martins (20013) e Boris Kossoy (2009), a fotografia é fruto e um processo de construção que envolve não apenas aspectos técnicos, mas também ideológicos de quem fotografa e de quem é fotografado. Assim sendo, a fotografia que resulta de uma oficina realizada com vários moradores de uma comunidade e a fotografia realizada por mim, é fruto de várias construções e várias ideologias. Neste aspecto, este é um método que pode desenvolver um resultado plural e compartilhado.

Além disto, a fotografia praticada neste projeto se diferencia do fotojornalismo e se aproxima da fotografia documental. O pesquisador português, Jorge Pedro Sousa (1998), faz uma distinção básica das duas práticas que pode ser usada como esclarecimento para este trabalho.

Em sentido restrito, o fotojornalismo distingue-se do fotodocumentarismo. Esta distinção reside mais na prática e no produto do que na finalidade. Assim, o fotojornalismo viveria das feature photos e das spot news, mas também, e talvez algo impropriamente, das fotoilustrações, e distinguir-se-ia do fotodocumentarismo pelo método: enquanto o fotojornalista raramente sabe exatamente o que vai fotografar, como o poderá fazer e as condições que vai encontrar, o fotodocumentarista trabalha em termos de projeto: quando inicia um trabalho, tem já um conhecimento prévio do assunto e das condições em que pode desenvolver o plano de abordagem do tema que anteriormente traçou. Este background possibilita-lhe pensar no equipamento requerido e refletir sobre os diferentes estilos e pontos de vista de abordagem do assunto. Além disto, enquanto a "fotografia de notícias" é, geralmente, de importância momentânea, reportando-se à "atualidade", o fotodocumentarismo tem tendencialmente, uma validade quase intemporal (SOUSA, 1998, p. 6).

A partir destes pressupostos, foram levantados os materiais técnicos necessários para aplicação da oficina. Doze câmeras digitais portáteis foram emprestadas por colegas e pela universidade. A oficina de fotografia foi aplicada em duas etapas. Participaram as mulheres e crianças do acampamento. A meta foi construir tudo em conjunto com os moradores do acampamento, elas fizeram as suas fotografias e a pesquisadora também documentou fotograficamente todas as atividades.

Num primeiro encontro, falamos da importância da fotografia com um documento e recontamos a história da comunidade através de fotografias antigas. Este método foi escolhido para que elas também pudessem participar da discussão que foi proposta nesta pesquisa teórica e avaliar qual era a sua relação com a imagem fotográfica. No segundo dia, as câmeras foram distribuídas e pudemos discutir questões básicas da técnica fotografia e da história da fotografia, para que as participantes tivessem em mente, além dos aspectos intelectuais os aspectos técnicos básicos que constroem uma fotografia. Munidas destes conhecimentos, elas puderam então fazer as suas próprias construções de imagens fotográficas. As câmeras ficaram no acampamento cerca de duas semanas.

Depois do tempo previsto, a pesquisadora retornou ao acampamento para buscar as câmeras e as fotos. O resultado somou mais de 200 fotografias de todos os processos do cotidiano da comunidade. Com as prioridades determinadas pelos próprios acampados, a pesquisadora juntou todo o material e fez uma primeira seleção. Nesta seleção também estão presentes imagens feitas por mim, nas minhas vivências no acampamento. Já me sentindo inserida na comunidade pelas

inúmeras visitas, optei por aliar o olhar das moradoras ao meu olhar, de observadora participante, para construir o relato imagético plural proposto neste projeto. As fotografias então foram ampliadas e levadas, depois de um mês, para o acampamento para a realização da primeira exposição.

Moradores que participaram e que não participaram das atividades da oficina visitaram a exposição e deixaram as suas impressões sobre as fotografias. Em conjunto com as lideranças do grupo, foram determinados alguns ajustes que precisavam ser feitos para então levar a exposição para outros lugares. Neste momento também foram definidas as legendas das fotos, junto com os moradores, e as principais informações que deveriam estar contidas no texto de apresentação da mostra.

Feitas as mudanças e finalizado o texto de apresentação, a exposição foi levada para o centro de Antonina, e montada ao lado da barraca onde os acampados vendem os alimentos produzidos na região do Rio Pequeno. O local escolhido, a praça ao lado do Colégio Brasilio Machado, foi importante por estar na região central de Antonina e por oferecer para os próprios frequentadores da feira mais informações sobre os produtos que consomem.

Neste capítulo ficam evidenciadas as etapas para a construção deste projeto. O detalhamento, as impressões e os resultados de todas as etapas da produção da oficina e das exposições fazem parte do próximo e último capítulo desta pesquisa.

4. A OFICINA E A EXPOSIÇÃO

4.1. OFICINA FOTOGRÁFICA

Nos capítulos anteriores já foi demonstrada a importância documental da fotografia e justificada a sua escolha como linguagem para este trabalho, bem como a importância que o uso da imagem fotográfica pode ter para um determinado grupo sistematicamente excluído dos meios de representação e produção de imagem na sociedade. A ideia principal desta oficina foi de oferecer para esta comunidade um meio de se comunicar, entre si e com comunidades externas, e contar a sua história através da fotografia.

A oficina foi realizada em duas etapas iniciais. No primeiro encontro realizado no dia 24 de agosto, doze moradores do acampamento participaram: seis mulheres, três adolescentes e três crianças. O primeiro passo foi uma dinâmica de apresentação. Primeiro falei um pouco sobre a minha história e quais circunstâncias tinham me levado até a comunidade. Na sequência, os participantes fizeram o mesmo: se apresentaram e falaram sobre como chegaram até o acampamento. As crianças, ainda tímidas, deixaram as suas mães com a palavra e falaram apenas o nome. A partir daí, foi possível construir um diálogo mais a vontade.



Figura 1. Primeira conversa da oficina de fotografia. (Acervo pessoal, 2013)

Numa fala introdutória, conversamos sobre como a fotografia, por mais banal que possa parecer, é um meio de comunicação que pode nos ajudar a recontar o passado e retratar o presente. Já havia sido solicitado numa visita anterior, que os moradores trouxessem fotos antigas para o primeiro encontro da oficina. O acervo era grande, mas de uma única pessoa. Dona Baiana é a fotógrafa oficial da comunidade. Com uma câmera simples, um Kodak ainda analógica ela retratou diversos momentos importantes da trajetória do acampamento, como o primeiro despejo e os métodos de produção antes da chegada do trator. As outras participantes não tinham um acervo pessoal de imagens, embora as mais jovens tivessem algum acesso, mesmo que restrito a escola, às redes sociais.

Com as fotos de Dona Baiana foi possível remontar alguns momentos da história da comunidade e da rotina de trabalho no campo. Enquanto as participantes dividiam algumas histórias, pontuavam as diferenças do acampamento com o passar dos anos. Para incentivar o debate foram levantadas algumas questões: o que e quem está representado nessas fotos? Elas foram tiradas em que momentos? Elas retratam o cotidiano ou eventos especiais?



Figura 2. Revendo fotos antigas. (Acervo pessoal, 2013)

Por meio desta primeira conversa as próprias mulheres e crianças perceberam o poder das imagens e como estas fotos serviam como um documento desta comunidade. Na sequência debatemos como esta oficina poderia ajudar a aumentar o acervo fotográfico da comunidade e analisamos algumas imagens que já foram feitas sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Entre elas, foram destacadas imagens do acervo do próprio movimento, as imagens feitas por João Roberto Ripper no acampamento em Rio Bonito, no Paraná, e as imagens de Sebastião Salgado que compõe o livro *Terra*.

Uma das participantes já conhecia o trabalho de Salgado. Comentamos a história da menina que estampa a capa do livro do fotógrafo lançado em 1997.

Aos cinco anos de idade, Joceli Borges foi retratada pela famosa câmera de Sebastião Salgado ao lado dos pais, que peregrinavam pelo interior do Paraná em busca de um lote de terra. Aquele rosto sujo de olhar provocativo virou capa de livro e ganhou espaço na mídia, em museus e em galerias do Brasil e do exterior. Passados 16 anos, a jovem de 21 anos continua uma trabalhadora rural sem terra.²³

O rosto de Joceli foi eternizado pela fotografia de Salgado. Em entrevista a Folha de S. Paulo (2012) ela afirma que não percebeu que estava sendo fotografada. "Fiquei sentida por sair toda desarrumada. Mas fico feliz pelo meu pai e minha mãe ter conquistado a sua terra", afirmou. Após o clique a família de Joceli conseguiu a posse definitiva da terra onde estavam acampados na época. A imagem foi captada na margem da rodovia que liga Laranjeiras do Sul a Chopinzinho, no oeste do Paraná.

Tais reflexões possibilitaram que aquela comunidade concordasse em tentar fazer um retrato do seu cotidiano usando a fotografia como linguagem. Desmistificando a banalidade da fotografia e a reconhecendo como documento importante. As conversas também abordaram que a imagem fotográfica é uma construção e que cada uma das participantes teria um olhar diferente nas fotos que tirasse, pois as suas imagens seriam carregadas com as suas ideologias. Assim, com vários moradores tirando fotos, poderíamos construir um acervo fotográfico plural e compartilhado.

²³ FARIAS, Paulo Cezar. *Menina eternizada em foto de Sebastião Salgado ainda é sem terra*. Folha de S.Paulo, SP, 24 ago. 2012. Editoria: Poder. Disponível em: <http://tinyurl.com/folha-24082012>. Acesso em 20 ago. 2013.

As câmeras então foram distribuídas. Cerca de dez pessoas se engajaram com a proposta e se comprometeram a fazer fotos durante duas semanas. Depois da leitura das instruções de uso e cuidados com os equipamentos, partimos para uma visita as hortas comunitárias, onde são produzidos os alimentos e as participantes já puderam começaram a fotografar.

No segundo encontro, no dia seguinte, 25 de agosto, foi proposta uma conversa mais focada na técnica fotográfica e sua história. O material usado foi a apostila do curso básico de fotografia da escola Ateliê da Imagem.²⁴



Figura 3. Segundo encontro da oficina de fotografia. (Acervo pessoal, 2013)

Para remontar a história da fotografia voltamos até a Grécia Antiga, quando Aristóteles usava a técnica da câmara escura para observa eclipses. Para que as participantes pudessem compreender o funcionamento da fotografia, expliquei o funcionamento básico da câmara escura, onde uma cena se reproduz numa parede oposta a outra que possua um pequeno orifício²⁵.

²⁴ ATELIÊ DA IMAGEM. Curso básico de fotografia. Módulo I: Introdução à técnica e à Linguagem Fotográfica. 2009.

²⁵ Ibidem, p. 13.

No século XV, a câmera escura ganha uma lente no lugar do orifício e é usada por pintores. Nos séculos seguintes pintores e cientistas começam a pesquisar materiais que possam gravar essa imagem refletida. Em 1939, o governo francês patenteou a invenção de Louis Jacques Mandé Daguerre, o daguerreotipo, que gravava as imagens em uma placa de cobre com uma fina camada de prata polida, sensibilizada com vapor de iodo e revelada com vapor de mercúrio.

A popularização da fotografia se configura a partir de 1888, quando o americano George Eastman lança a câmera portátil Kodak, carregada com um rolo de filme para cem fotografias. A fotografia digital surge no início dos anos 90, com a invenção da câmera Mavika, que gravava as fotos em um disquete.

Tais pontos foram discutidos mais amplamente durante a oficina. Na sequência, foram apresentados de maneira superficial alguns aspectos técnicos da fotografia, como a divisão da câmera em corpo e lente, além das funções do obturador, diafragma, sensibilidade e fotometragem e aspectos estéticos da composição fotográfica, como a regra dos terços e os tipos de enquadramento.

Neste momento já pode ser feita uma análise prática das primeiras fotos feitas pelas moradoras, apontando erros e acertos técnicos e evidenciando as diferenças no olhar de cada uma. A ideia foi de não entrar em muitos detalhes técnicos, pois tal atividade demandaria mais tempo do que o disponível. O foco era fazer com que as participantes apenas entendessem o funcionamento da câmera para que pudessem fazer melhores escolhas na hora de fotografar.

O engajamento das participantes ficou ainda mais evidente após a elucidação sobre a história e a técnica da fotografia. Diante de um conhecimento novo, conscientes da complexidade do processo fotográfico, a possibilidade de fotografar se tornou ainda mais interessante. Finalizada esta etapa as câmeras ficaram com as moradoras no acampamento durante duas semanas. As participantes chegaram a produzir mais de 200 fotografias do acampamento que posteriormente seriam selecionadas para a exposição.

Figura 4. Analisando as fotos feitas pelas participantes da oficina. Na foto, uma das horas comunitárias do acampamento. Foto de Kelly da Silva. (2013)



Figura 5. Na foto, o caminho da roça. Foto de Camila da Silva. (2013)



Figura 6. Na foto, o Rio Pequeno visto da ponte. Foto de Laudicéia Souza. (2013)

O resultado

Depois de duas semanas com as câmeras o resultado da produção fotográfica foi bastante positivo. Além da quantidade, diversas imagens continham uma qualidade estética e um olhar único, que representava uma visão sobre aquela comunidade. Uma das participantes, a jovem Camila, de 14 anos, afirmou que após participar da oficina tinha mudado de profissão, agora queria ser fotógrafa. A líder do acampamento, Luzinete, pode fotografar os momentos das entregas dos alimentos nas escolas, documentando uma das principais conquistas da comunidade. Laudicéia documentou a colheita da mandioca e Dona Maria produzindo a farinha, momentos essenciais na formação da identidade desta comunidade. Entre as tantas fotografias, estavam retratos da paisagem deslumbrante que cerca o local e imagens dos moradores, trabalhando ou em momentos de lazer.

Vera Lúcia, uma das líderes da comunidade que não participou das atividades da oficina, ofereceu o seu acervo fotográfico para a montagem da mostra. As imagens feitas por ela surpreenderam pela qualidade estética e pela diversidade de temas, e com autorização da autora, foram adicionadas a exposição.



Figura 7. Na foto, a entrega dos alimentos em uma das escolas de Antonina. Foto de Luzinete de Souza Oliveira (2013)



Figura 8. A venda dos produtos na feira no centro de Antonina. Foto de Luzinete Souza Oliveira.



Figura 9. Na foto, Dona Maria no preparo da farinha crioula de mandioca. Foto de Laudicéia Souza.
(2013)



Figura 10. Foto da preparação do solo. Acervo de Vera Lúcia que também integra a exposição.
(2012)

4.2. A EXPOSIÇÃO

No dia 12 de outubro a primeira exposição das fotos feitas pelas moradoras, e conjunto com as fotos feitas por mim, foi realizada no acampamento. A seleção das fotos foi feita com base nos critérios de qualidade estética e por temáticas: terra, trabalho, pessoas, casa, animais, ambiente, plantação. A primeira mostra trouxe 45 fotos, expostas no barracão do acampamento, onde acontecem as reuniões do coletivo, de forma que construíssem uma narrativa. Primeiro as fotos do amanhecer, e preparação do solo e da plantação. Um intervalo para almoço, as casas, as crianças brincando e os animais. Na sequência vinham as fotos da colheita e as fotos da entrega e da feira fechavam o ciclo. As fotos foram ampliadas nos tamanhos 20x30, 15x21 e 30x45.

Assim que a exposição começou a ser montada, alguns moradores curiosos que não participaram das atividades começaram a chegar. “Nossa, a gente mora num lugar tão bonito e só repara assim, quando vê em quadradinhos”, foi uma das primeiras reações de um morador ao ver as fotos. Logo no início foi possível perceber o impacto que aquelas imagens ampliadas e expostas tinham sobre aquela comunidade. Ao mesmo tempo em que havia um reconhecimento nas imagens, um mundo novo se abria, num misto de emoção e euforia. A notícia da exposição se espalhou na comunidade e a maioria dos moradores fez uma visita. As participantes da oficina reconheciam as suas fotos ampliadas, entre risadas e lembranças, contavam a história de cada uma das imagens. Os outros moradores reconheciam seus colegas ou seus parentes mais próximos nas fotografias e descreviam as paisagens retratadas nas imagens.

Neste momento, em conjunto com as lideranças da comunidade, foram determinados alguns ajustes necessários e algumas fotos que precisavam ser adicionadas a mostra. Também foram definidas as legendas das fotografias por meio de entrevista em que Luzinete e seu filho Wellington, tecnólogo em agroecologia, descreveram cada uma das etapas do cultivo retratadas nas fotografias.



Figura 11. Montagem da exposição no acampamento, no dia 12 de outubro. (Acervo pessoal, 2013)



Figura 12. Participantes da oficina visitam a exposição no Acampamento. (Acervo pessoal, 2013)

Feitas as mudanças e finalizado o texto de apresentação, a exposição foi levada para o centro de Antonina no dia 26 de outubro, e montada ao lado da barraca onde os acampados vendem os alimentos produzidos na região do Rio Pequeno. O local escolhido, a praça ao lado do Colégio Brasílio Machado, foi importante por estar na região central de Antonina e por oferecer para os próprios frequentadores da feira mais informações sobre os produtos que consomem.

Nesta ocasião a exposição já se encontrava completa. Foram produzidos cartazes para divulgação da mostra e um o texto de abertura num banner, a ser colocado no começo da exposição. Com a ajuda de Luzinete e Laudiceia, que estavam trabalhando na feira, foram montados dois varais onde as fotos foram penduradas. Da mesma forma que ocorreu no acampamento, já na etapa da montagem a mostra chamou a atenção dos antoninenses. A estimativa é de que 40 pessoas passaram pela praça naquela manhã e pararam para conferir as fotos expostas. Depois da leitura do texto de abertura procuravam por mim ou por Luzinete, para parabenizar pelo trabalho de fotografia e pelo trabalho na comunidade. Nesta ocasião, Luzinete fazia visitas guiadas a mostra explicando com detalhes todos os processos representados nas fotografias para os curiosos.



Figura 15. Exposição no centro de Antonina, montada no dia 26 de outubro. (Acervo pessoal, 2013)

Algumas pessoas já conheciam os produtos da feira, mas não conheciam a história do acampamento, outros só estavam passando pela região e ficaram curiosos e outros, no final da mostra, acabaram indo embora com sacolas cheias dos produtos vendidos pelos trabalhadores do José Lutzenberger. Luzinete, emocionada, derramou algumas lágrimas ao ler o texto de abertura da mostra, e passou a manhã orgulhosa de ter seu trabalho e sua história ali, expostos para que o máximo de pessoas pudesse conhecer.



Figura 16. Luzinete explica o que está retratado nas fotos para os visitantes. (Acervo pessoal, 2013)

Nas primeiras exposições, como descrito acima, o resultado obtido foi positivo e o engajamento da comunidade foi o máximo. Orgulhosos de sua história, os moradores do acampamento José Lutzenberger puderam mostrar a sua realidade através da fotografia. A ideia é que agora, depois da realização da exposição em Curitiba, esta comunidade se aproprie e use estas imagens sempre que achar necessário, em eventos do MST, em mobilizações para a regularização da sua situação, em festas e até mesmo na feira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto de conclusão de curso tinha como objetivo construir, através da fotografia, um relato sobre a história e o trabalho no Acampamento José Lutzenberger, localizado na região no Rio Pequeno, a 30 km do centro de Antonina.

Para isso, o passo inicial foi uma extensa pesquisa bibliográfica sobre a fotografia, seu uso na sociedade contemporânea e seu poder documental, bem como um estudo sobre o panorama atual da reforma agrária no país. Para construir uma narrativa sobre a trajetória do Acampamento José Lutzenberger, foram realizadas visitas iniciais e diversas entrevistas com os moradores.

A partir deste primeiro contato foi possível perceber a importância da luta destes trabalhadores, e como, apesar de ainda não terem as suas terras regularizadas, formam uma comunidade exemplar que produz de forma sustentável, em compasso com o ecossistema - uma Área de Proteção Ambiental - em que está inserido. Foi possível observar também como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, é hoje essencial para organizar estas comunidades e propor um novo modelo de produção, no qual a agricultura convencional é rejeitada e o cultivo agroecológico, que abrange não só aspectos técnicos, mas também sociais e culturais, é o paradigma ideal para uma agricultura sustentável.

Então este projeto passou a ser motivado pela história destas pessoas e pela importância do seu trabalho na comunidade em que estão inseridos, como exemplo de movimento social organizado que fornece alimentos livres de agrotóxicos e colhidos com responsabilidade social.

Através da pesquisa bibliográfica foi possível perceber a dependência da sociedade contemporânea em relação a imagem fotográfica, bem como as parcelas da sociedade que ainda são excluídas do processo de produção da própria imagem, de certa forma, são privadas de sua cidadania. Por isso a fotografia neste projeto, se enquadrou num processo de inclusão visual, como ferramenta, instrumento facilitador e de expressão de identidade, para que esta comunidade pudesse contar a sua própria história com a ajuda da pesquisadora a fim de construir um relato imagético plural e compartilhado.

Foi oferecida a esta comunidade a oportunidade de fotografar o seu cotidiano, as etapas do seu trabalho, as suas conquistas e as suas dificuldades. Isto

foi feito através de uma oficina de fotografia, onde os participantes puderam discutir e refletir sobre o papel da imagem fotográfica e dispuseram de meios técnicos para então efetivamente congelar em imagens aquilo que julgavam importante ou simplesmente essencial para contar a sua história.

O engajamento foi sensível, desde a quantidade de participantes - foram efetivamente dez fotógrafos, a soma de quase 200 fotos produzidas, a qualidade do material, o cuidado com os equipamentos emprestados, a disposição e o diálogo nos encontros até a acolhida calorosa oferecida a pesquisadora, que também pode participar de alguma forma desta comunidade e pode fazer algumas imagens desta realidade sob o seu ponto de vista.

Todo o material foi selecionado e transformado em uma exposição fotográfica. Montada de forma simples, primeiramente no próprio acampamento, a mostra causou impacto. Os moradores ficaram impressionados e orgulhosos com as imagens que refletiam o seu cotidiano. As fotógrafas reconheceram os seus trabalhos ampliados e puderam se sentir autoras de tal relato fotográfico.

Quando a exposição foi levada para Antonina, tive consciência que este projeto transcende os limites de um trabalho de conclusão de curso, é um projeto de vida e sua importância e impacto ainda são imensuráveis. No centro da cidade foi possível observar moradores conhecendo a história desta comunidade de uma forma livre de preconceitos. Através das conversas com a liderança da comunidade e com a pesquisadora, alguns visitantes desmistificaram alguns preconceitos que tinham em relação ao MST e até em relação a fotografia, quando se surpreendiam ao saber que as fotos ali expostas foram feitas também por trabalhadores rurais, não apenas por uma graduanda em jornalismo.

Agora o meu compromisso é de trazer esta exposição para Curitiba ainda este ano, para que mais pessoas possam conhecer essa história. Por outro lado, a intenção é colaborar para que esta comunidade se aproprie de fato destas imagens e possa usá-las da maneira que achar necessário, em eventos do MST, na feira, em eventos no próprio acampamento, e na mobilização para a regularização da sua situação fundiária, ainda pendente.

No ano que vem, o objetivo é transformar a exposição num livro, complementá-lo com mais entrevistas e fotos e materializar um documento que cada morador do acampamento possa ter em casa, mostrar para as visitas, levar para

outras comunidades ou escolas. A ideia é que todo este projeto de fato contribua para que o trabalho desta comunidade seja cada vez mais valorizado, pelos seus próprios integrantes, pelas comunidades vizinhas, pelos moradores e prefeitura de Antonina, pelo próprio MST, pelo governo do estado e pelo INCRA. Para que deste modo essas famílias possam finalmente ser assentadas exatamente no lugar onde estão, onde construíram a sua história, a sua luta, o seu trabalho e a sua vida.

REFERÊNCIAS

ADAS, Melhem. **Panorama geográfico do brasil – contradições, impasses e desafios socioespaciais**. São Paulo: Moderna, 2004.

ATELIÊ DA IMAGEM. **Curso básico de fotografia. Módulo I: Introdução à técnica e à Linguagem Fotográfica**. 2009

BARTHES, Roland. **A câmara clara: notas sobre a fotografia**. Tradução de Julio Castañon. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

BORSATTO et al., 2007. **Agroecologia e Valorização de Novas Dimensões no Processo de Reforma Agrária: Estudo de caso do acampamento José Lutzenberger**. Informações Econômicas, SP, v.37, n.8, ago. 2007.

BORTOLOZZI JR, Flávio. **A criminalização dos movimentos sociais como obstáculo à consolidação dos direitos fundamentais**. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Marco Referencial em Agrecologia**. Brasília – DF, 2006. 70 p. Disponível em: http://www.embrapa.br/publicacoes/institucionais/titulos-avulsos/marco_ref.pdf. Acesso em: 09 nov. 2013.

GOVERNO FEDERAL indica Paraná como exemplo na solução de conflitos agrários. **Agência Estadual e Notícias**, Curitiba, 10 jun. 2012. Disponível em: <http://tinyurl.com/aen-conflitosagrarios>. Acesso em 09 nov. 2013.

GURAN, Milton. **O olhar engajado: inclusão visual e cidadania**. Revista Studium, Campinas, n. 27, 2008. Disponível em: www.studium.iar.unicamp.br/27/index.html Acesso em: 27 out. 2013.

IBGE. **Censo Agropecuário 1995 / 2006**. Disponível em: <http://tinyurl.com/los6dfp>. Acesso em: 02 nov. 2013.

INTERVOZES, **Vozes Silenciadas, 2011**. Disponível em: <http://www.intervozes.org.br/arquivos/interliv003vozmst>. Acesso em 02 nov. 2013.

JANELA DA ALMA. Direção: João Jardim e Walter Carvalho. Ravina Filmes; Dueto Filmes; 2001. 73 min, son. cor., p&b. Disponível em: http://youtu.be/56Lsyci_gwg. Acesso em: 22 jun. 2013.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

_____. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da Fotografia e da Imagem**. São Paulo: Contexto, 2013.

MAUAD, Ana Maria. **O olhar engajado: fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultural visual**. Revista ArtCultura, Uberlândia, v.10, n.16, p.33-50, jan-jun. 2008.

MAUAD, Ana Maria. **Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces**. Revista Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, p.73-98. 1996. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artq2-4.pdf. Acesso em 04 jul. 2013.

MEDINA, C. **Entrevista: diálogo possível**. São Paulo: Ática, 1995. Disponível em: http://www.4shared.com/office/kej4Zyob/Livro_Entrevista-O_dialogo_pos.html. Acesso em: 02 nov. 2013.

MORISSAWA, Mistue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. **Fotos - Exposição 25 anos do MST.** 2009. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/8752>. Acesso em 20 ago. 2013.

MST. **Lutas e Conquistas.** Janeiro de 2010. Disponível em: <http://tinyurl.com/MST2010>. Acesso em 02 nov. 2013.

MST. **Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio.** São Paulo, 2000.

RIPPES, João Roberto. **Acampamento do Movimento dos Sem Terra - MST em Rio Bonito, Paraná.** 1996. 1 fot., p&b. Disponível em www.imagenshumanas.com.br/

ROUILLÉ, André. **A fotografia: entre documento e arte contemporânea.** São Paulo: Ed. SENAC SP, 2009.

SALGADO, Sebastião. **Terra.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SONTAG, Susan. **Sobre Fotografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUSA, Jorge Pedro. **Uma história crítica do fotojornalismo ocidental do séc. XX.** Universidade Fernando Pessoa: Porto, 1998. Disponível em: www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorgepedro-fotojornalismo.pdf Acesso em: 05 jul. 2013.

VALADÃO, Adriano da Costa. **Transição Agroecológica nos Assentamentos Rurais: Estratégias de Resistência e Produção de Novidades.** Curitiba, PR, 2012. (Tese de doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná, UFPR.